

Faturas em Taéis de Prata e Pagamentos em Reais — Na Formação do Sistema Monetário do Macau Antigo

*Carlos Lipari Garcia Pinto**

I. Introdução

Após o estabelecimento oficial dos portugueses em Macau (1557), num minúsculo território encravado no delta do rio da Pérolas, quase cinquenta anos depois do início de contactos informais luso-chineses, Macau tornou-se rapidamente num pequeno burgo dotado de um porto, que serviu de elo central de diversas redes do comércio português no Pacífico, nomeadamente do comércio luso-chinês e luso-japonês. Em breve, secundarizou Malaca, território em que pela primeira vez os portugueses contactaram chineses ultramarinos e de onde saíram as missões explorativas, comerciais e diplomáticas que permitiram o estabelecimento das relações sino-portuguesas, de que resultaram contributos de valia para a história da humanidade.

O relacionamento sino-português suscitou uma valiosa actividade comercial que desde logo implicava a necessidade do recurso a muita moeda ou alternativamente a um elevado *stock* de metais nobres nomeadamente de prata porque o escambo,¹ muito utilizado pelos portugueses em zonas de menor desenvolvimento económico, não se configurava com as normas vigentes no Império Chinês e era uma prática muito limitadora em termos de grandes valores ou volumes comerciais.

* Economista (U. Porto, 1980), Mestre em Estudos Luso-Asiáticos na vertente de História (U. Macau, 1995).

¹ Escambo, é a forma de troca direta mais avançada, em que se utiliza mercadoria—dinheiro para pagamentos; isto é mercados em que na inexistência de moeda metálica, determinada(s) mercadoria(s) assume(m) o papel de moeda para efeitos de denominação de preços ou pagamentos Sistema frequente em algumas regiões da Insulíndia e de África. Assume-se que a falta de moeda reflecte um menor desenvolvimento económico, até porque a cunhagem de moeda pressupõe um domínio de diversos saberes, para lá da metalurgia, como por exemplo um sistema de peso e medidas, capacidade de extração de metais ou exportação de produtos para os obter em troca, administração central, sistema legal, etc.

Ao pretendermos analisar a moeda, no primeiro século do assentamento português, consideramos indispensável ler dois notáveis manuscritos, escritos próximos das datas fronteiras do período deste estudo, reverificando as informações que nos transmitem sobre o assunto em apreço.

Assim, primeiro recorreremos à “*Suma Oriental*”², cuja redacção por Tomé Pires, terá sido concluída em 1515, reflectindo a sua estadia em Malaca, no período que cobre os primeiros contactos com a China, depois à *Relação da Grande Monarquia da China*³ de Álvaro Semedo cujo manuscrito inicial, terá sido concluído em 1637. Este manuscrito procede em meses um prognosticável declínio de Macau por força do fim do comércio com o Japão em 1639, acentuado pela tomada de Malaca pelos holandeses, em 1641.

Entre os dois escritos decorreram pouco mais de 120 anos que vão desde as várias viagens comerciais e exploratórias de portugueses à China, até ao advento do fim do ciclo do Japão, passando portanto pela fixação dos portugueses, construção e elevação de Macau a concelho e cidade, instalação do bispado e do Colégio de S. Paulo, para além de incorporar quase oitenta anos de liderança dos Filipines, em Portugal.

Embora marcos da historiografia da presença portuguesa no Oriente, estes dois manuscritos, não focalizam a atenção na moeda. O primeiro usa como referenciais monetários principais o cruzado e depois os vinténs,⁴ duas moedas portuguesas bem conhecidas.

O segundo autor utiliza os Ceitis⁵ para pequenos valores e abundantemente os Escudos para maiores valores, mas Álvaro Semedo não men-

² Rui Manuel Lourido, *Os Manuscritos de Lisboa da “Suma Oriental” de Tomé Pires*, Instituto Português do Oriente, Lisboa, 1996.

³ Pe. Álvaro Semedo, S.J., *Relação da Grande Monarquia da China*, tradução da versão italiana de Luís Gonzaga Gomes, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e Fundação Macau, Macau, 1994.

⁴ Trata-se de duas moedas portuguesas, na altura a 1º era em ouro e valia próximo dos ducados europeus, a segunda era uma pequena moeda de prata, valendo vinte reais portugueses.

Nessa altura ainda não se exportava moeda espanhola em quantidade significativa, razão porque nesse manuscrito, não se referem as patacas espanholas, designação popular dos portugueses para o real de a ocho.

⁵ Pequena moeda portuguesa de cobre cunhada ao longo da segunda dinastia em grande quantidade para uso interno e para exportação, nomeadamente para a Índia onde a cotação do cobre é normalmente mais favorável, enquanto que na China o cobre valia muito menos, em termos comparativos à prata.

ciona a paridade destas moedas em relação ao tael de prata e também, se estes últimos são espanhóis ou milaneses, possibilidade que se levanta dado que o manuscrito foi revisto pelo autor em 1642 em Roma, traduzido para italiano e depois impresso em Itália em 1643.⁶

Presta-se portanto a equívocos e especulação, porque escudo milanês era uma moeda de prata equivalente ao real de a Ocho, em virtude da cidade integrar o Império dos Filipes, mas o escudo espanhol que foi cunhado em 1642, era uma moeda de ouro que equivalia a dezasseis reais (ou duas moedas de prata de oito reais).

Percebe-se que sendo parcas as informações das fontes principais são também pobres as referências a estes assuntos pelos historiadores do Macau Antigo.⁷ Lembramos no entanto que muitas edições antigas foram objeto de auto-censura, não se publicando todos os capítulos dos manuscritos, em virtude de interesses de Estado. Mais, o segundo livro é publicado pouco depois da Restauração. Até que ponto esse facto poderá ter influenciado a edição italiana,⁸ tanto mais se atendermos à delicada posição que Ordem dos Jesuítas enfrentava, perante o conflito luso-espanhol resultante do rompimento da União Ibérica?

O peso dos ceitis e o seu valor variou bastante, sendo que ao longo do tempo perderam peso. O autor menciona uma equivalência de 1,5 ceitis a um maravedi espanhol, não indicando outros termos comparativos. Grosso modo pelo peso, o seu valor intrínseco nessa época pode assumir-se como próximo de meia sapeca.

Em Portugal foram cunhados escudos de ouro na 4ª dinastia. Na 2ª dinastia apenas o meio escudo de D. Duarte, moeda de ouro que já não estava em circulação, pelo que se entende que Álvaro Semedo não se podia estar a reportar a ela.

⁶ Trata-se de um livro da maior valia que nesta matéria é paradoxal. Só confrontando a versão italiana, com a versão espanhola e a tradução para português de Luís Gonzaga Gomes poderemos perceber se ocorreram lapsos ou o que se estava a pretender omitir. Assinala-se este facto por haver, também por parte do autor uma clara contenção, em matéria de exposição dos assuntos económicos. Pouco acrescenta ao que outros já tinham escrito, em matéria de preços e moedas. É no entanto muito mais pródigo noutros assuntos.

⁷ Designação que se adota para o período anterior à fundação de Hong Kong, em que o modelo de desenvolvimento de Macau, a sociedade e relacionamento com a China era muito diferente do adotado posteriormente.

⁸ A atestá-lo, há obras de referência em que há capítulos omissos. Estas ocorrências variaram com a data ou o local da edição. Muitas edições publicadas no estrangeiro, foram também provenientes de cópias de manuscritos (in)acabados que podem conter mais ou menos informação.

Este artigo procura-se centrar na apresentação da formação do que denominamos de génese e consolidação do sistema monetário do Macau Antigo, fazendo-se recurso à interdisciplinaridade e à múltipla informação dispersa, para corporizar uma explicação plausível de eventos e a integração de lacunas existentes.

Procura-se também analisar e explicitar o impacto que teve para o território o contexto de mudança mundial em matéria de moeda e finanças. Isto é, ocorreu um conjunto de alterações no sistema monetário e financeiro mundial em paralelo à génese e o seu primeiro século de vida de Macau.

Os portugueses fixaram-se na China para terem um acesso privilegiado aos produtos chineses e em virtude das normas que regulavam esse comércio, os preços eram fixados em taéis de prata no principal mercado de venda: Cantão. Depois estes obtinham-se pela entrega de produtos para venda nesse mercado, pela entrega de moeda de prata ou de lingotes de prata, para derreter, a fim de se determinar o seu peso em prata pura.

Nas primeiras viagens a Cantão, a conselho dos chineses ultramarinos de Malaca, os mercadores portugueses, carregaram pimenta de Sumatra para venda em Cantão e depois nos 90 anos que durou o comércio luso-nipónico (1549-1649), muitas barras de prata japonesas.

Até 1549, antes do comércio regular com o Japão, os pagamentos tinham de ser efectuados, pelo menos parcialmente, em moedas de prata porque por exemplo, a receita da venda de um carregamento de um barco cheio de pimenta não chegava para pagar os produtos chineses que os comerciantes portugueses pretendiam adquirir para encher o navio. A China exportava muitos produtos de luxo, isto é, produtos que incorporavam por tonelada mais valor acrescentado do que os produtos que importava, por exemplo as sedas.

Essas moedas de prata que os comerciantes portugueses descarregavam em Cantão eram inicial e maioritariamente portuguesas nessa primeira fase e depois passaram a ser maioritariamente espanholas. Com efeito, era um disparate derreter a moeda espanhola para cunhar moeda portuguesa, se de seguida em Cantão, todas as moedas seriam derretidas, para serem transformadas em lingotes que obedeciam a um toque pré-determinado e diferente do toque da moeda.

Em Cantão, as moedas de prata valiam pelo seu valor intrínseco, isto é, pelo peso de prata pura que continham. Nessa altura, por vezes, só se

sabia depois de derretidas o seu peso em prata pura. Alternativamente, o cambista podia atestar o toque o que implicava mais do que o conhecimento visual dessa moeda. Lembrando-se que o produto do peso bruto da moeda vezes o toque dá o peso puro da prata por moeda.

Percebe-se portanto o título deste artigo, nos primórdios de Macau os preços das mercadorias eram fixados em taéis de prata, os comerciantes portugueses pagavam com reais de prata, que inicialmente eram portugueses mas que gradualmente passaram a ser espanhóis, sendo que este facto se deve à exploração espanhola de prata do Novo Mundo, que pelo menos duplicou a produção mundial de prata. Mais, em ambos os países ibéricos vigorava o real, embora com uma paridade diferente e sendo que o plural apenas em Portugal, no final do século XVI, passa a ser Réis.

Com efeito, a pataca espanhola tornou-se o terceiro elemento do sistema porque era convertível nas outras duas unidades monetárias fundadoras (Tael de Prata e Real Português) e portanto dava ao sistema mais materialidade, mais velocidade, mais convertibilidade, ou seja, várias virtualidades.

Essa moeda que pela sua qualidade e uniformidade também podia funcionar como um peso indexado ao tael, foi o Real de a Ocho, a chamada pataca espanhola da literatura portuguesa.

Na “*Suma Oriental*” não foram feitas referências quer à pataca (ou ao real de a ocho) e percebe-se, porque em 1515 ainda não se tinha iniciado a entrada maciça de moeda Espanha, em Portugal. A chegada de grande volume de metais nobres a Espanha, só se inicia na sequência da ocupação do México, depois da derrota dos Aztecas, em 1521.

Na *Relação da Grande Monarquia da China* de Álvaro Semedo, que enorme impacto teve na projecção de uma boa imagem da China junto das elites europeias, não se mencionam as patacas espanholas. Estranha-se esse facto porque a redação do manuscrito terminou, conforme reza a reprodução que usamos, em 1637, ainda durante a União Dinástica, período em que Macau deveria estar a abarrotar dessa moeda espanhola, nomeadamente da cunhada no Novo Mundo, dado o comércio de Manila-Acapulco que se reflectia no comércio de Macau - Manila.

Achamos o facto paradoxal e consultamos outros documentos coevos de que destacamos os *Arquivos de Macau* a “*Relação de Despesas da*

Embaixada de Manuel Saldanha” que comprova o tripé ou triângulo monetário de Macau, sendo que a pataca estava aceite, era corrente e podia considerar-se oficializada, em 1667.

As contas apresentadas por essa embaixada portuguesa à China que estava sob supervisão do Vice-Rei da Índia e cuja relação foi remetida para Macau, convertem as moedas do Estado da Índia em patacas espanholas e depois estas em taéis, percebendo-se o triângulo monetário e o papel central das patacas espanholas, no sistema monetário de Macau.

Esse facto é uma evidência, a dúvida é apenas a confirmação de quando começou a vulgarizar-se este sistema. Quando é que os primeiros reais espanhóis chegaram a Cantão?

Que aceitação tiveram os reais espanhóis negociados pelos comerciantes de Macau, antes da fundação de Manila ou do início das viagens Manila-Acapulco, que permitiram aumentar significativamente a entrada na Ásia e em especial na China da prata do Novo Mundo?

E, isto não é bizarro, não está em causa propriamente a evolução histórica de Macau, o que está em causa é a contribuição de Macau para a evolução da humanidade. E Macau deve conhecer e orgulhar-se desses contributos. Julga-se que a pesquisa das fontes chinesas e em simultâneo, uma leitura comparativa mais atenta e crítica das fontes europeias, acabará por nos dar respostas fundamentadas a estas e outras perguntas.

II. A Moeda no Macau do século XVI

Antes de mais haverá que clarificar toda esta situação. Desde logo, o reconhecimento do Tael de prata como a primeira moeda de Macau, no sentido da mais antiga unidade monetária do território afigura-se inquestionável, quer sob o ponto de vista económico quer sob o ponto de vista político.

Esse facto decorre também da situação geográfica e até da história na península de Macau onde a moeda oficial era o tael de prata, desde muitos séculos antes dos portugueses nela se fixarem, porque esses territórios de há muito estavam integrados no Império Chinês.

Ao Tael juntou-se quase em simultâneo e automaticamente, com a fixação dos portugueses, o Real português porque este era a unidade mo-

netário de Portugal e do Estado Português da Índia,⁹ em que Macau se integrava em termos de administração portuguesa.

Mas quer o tael quer o real português, em termos práticos, não eram moedas mas unidades monetárias ou moedas imaginárias. Isto é, serviam de padrão para marcarem o valor de moedas cunhadas ou de papel moeda emitido. Em termos práticos o que circula são moedas de prata ou barras de prata indexadas ao real ou ao tael, isto é, representativas de uma parcela ou de um múltiplo desses referenciais.

Se uma moeda de prata valia muito mais que uma jorna, por vezes até mais que o salário de um mês, tinha de circular moeda muito menos valiosa, a chamada moeda de trocos, que servisse as transações do dia a dia. Habitualmente era em cobre ou em ligas diversas, na época circulavam sapecas na China que grosso modo correspondiam aos ceitis em Portugal. Em tempos antigos circularam na China, também os *cauris*, ainda de menor valor, daí que existisse ainda, embora pouco mencionada, uma terceira subunidade, correspondente à décima parte da caixa, valor insignificante pelo que não se cunhava moeda com esse valor.

Note-se que a moeda reflecte normalmente a época histórica da sua cunhagem ou emissão logo o estádio da economia, as relações internacionais, a facilidade de acesso aos fluxos de metais nobres, o desenvolvimento tecnológico a política económica vigente. Macau não poderia ter sido imune a esse factores, que se reflectiram nas suas opções de política económico-financeira, pelo que convém enquadrar e analisar a evolução ocorrida.

À medida que Macau cresce e se adensam as relações económicas, torna-se mais premente dotar o território de uma moeda metálica nobre porque a China não cunhava moeda e em Portugal, as moedas de prata que eram cunhadas tinham um valor normalmente inferior a um quinto do tael,¹⁰ apenas as moedas de ouro tinham valores significativos mas o ouro era profundamente desvalorizado no mercado chinês.

⁹ *Orçamento do Estado da Índia 1571*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Centro de estudos Damião de Góis, direcção e prefácio de Artur Teodoro Matos, Lisboa, 1999.

¹⁰ Como adiante referiremos, no Estado Português da Índia, nessa altura cunharam-se moedas de prata com muito mais valor.

À luz da tradição das praças fortes portuguesas no Oriente e à luz do estatuto político-administrativo de Macau, no contexto do Estado Português da Índia, Macau tinha autonomia para ter uma Casa de Moeda como Malaca que cunhava a sua própria moeda de prata.¹¹ Paradoxalmente, Macau só o fez em 1952, 395 anos depois do chamado assentamento português e depois da China ter abandonado o padrão-prata, em 1935, o que retirou valor a esta cunhagem,

Ocorre, porém que o Império Chinês não lhe reconhecia esse estatuto político administrativo que invocamos. A China apenas reconhecia as facilidades que fossem pelo Imperador, senhor de toda a superfície da terra. Esta posição, da potência dominante levantava também a questão da legitimidade da cunhagem e da sua eventual aceitação pelo Imperador. Poderiam ainda ser levantadas restrições quanto aos montante de cunhagem, toque, imagem gravadas no verso e anverso, etc, que poderiam em muito restringir a eficiência dessa moeda, nomeadamente a circulação fora de portas e o reconhecimento noutras mercados.

Veremos depois que existiam ainda outros factores que desaconselhavam a cunhagem local de moeda de prata, as necessidades implicaram a importação de moeda por inoportunidade ou impossibilidade de produção nacional.

É, neste contexto que surgem a patacas espanholas, ou melhor, é num clima de concorrência que se descarregam em Cantão moedas de prata de diversa proveniência e que as patacas espanholas emergem como moeda de qualidade reconhecida pelos cambistas e pelos mercadores. São grandes, fáceis de obter e de reconhecer pelo que o Real de a Ocho acabou por ser o terceiro elemento do sistema, permitindo a Macau, durante mais de 300 anos, um sistema monetário estável, moderno, adequado, inovador, e peculiar porque diferente de qualquer outro sistema conhecido à época, nomeadamente no Império português ou espanhol.

O Real de a Ocho, também conhecido em Espanha por Peso (oito reais de peso), mas designado pelos comerciantes portugueses de patacas

¹¹ Para além das moedas que tiveram raiz no sistema monetário do sultanato, também cunhou moeda de valor superior de que se salienta o Real Branco ou Malaquês e o Meio Real Branco. O primeiro equivalia a 10 tangas larins e a segunda a 5 tangas larins, que correspondiam à época, respetivamente a 720 e 360 reais portugueses, pelo que esta última moeda era conhecida por cruzado de prata. Moedas de boa qualidade com um toque de 11 dinheiros.

espanholas,¹² foi moeda que começou a ser cunhada pelos Reis Católicos no final do século XV, mas cuja cunhagem em massa ocorre após o início da exploração no Novo Mundo, dos maiores jazigos mundiais de prata, em Potosi, na Bolívia, em 1545, ao tempo sob administração do Vice-rei Espanhol, sediado em Lima, capital do Perú e grande centro de cunhagem de moeda de prata.

Moedas idênticas ao real de a ocho foram primeiro cunhadas no México e depois no Perú e de seguida, em vários outros locais do Novo Mundo, sendo conhecidas nesse continente por Pesos. Cunhadas anualmente aos milhões, eram exportadas para Espanha e depois espalhadas por todo o mundo, dando um grande incremento ao comércio mundial e à monetarização da economia mundial.

Macau surge, portanto, na fase inicial de expansão de um grande ciclo de enorme afluência de prata à Europa. O ciclo iniciara-se cerca de 35 anos antes da fundação de Macau, com a ocupação do México, cresceu com a ocupação do Perú e atingiu o boom com a exploração dos jazigos de Potosi, iniciada 12 anos antes da fundação de Macau.

Em Portugal, vizinho de Espanha e seu tradicional rival e aliado,¹³ esse fluxo de prata teve grandes repercussões nomeadamente num significativo aumento das importações espanholas de produtos portugueses de que se salientaram as especiarias.

Sevilha servia como o grande mercado de entrada das especiarias e dado que a balança comercial era favorável a Portugal, milhares de moedas de prata começaram a afluir a Lisboa, onde eram derretidas ou remetidas para o comércio externo com maior relevância para o comércio ultramarino.

Ocorre porém que no princípio da segunda metade do século XVI, a rainha D. Catarina, esposa de D. João III, avó de D. Sebastião e depois regente do Reino, tendo em vista melhorar a situação financeira do País

¹² O real espanhol que surgiu na sequência da reforma monetária dos reis católicos, correspondia a cerca de 3,4 gramas e levou á cunhagem de peças de 1,2,4 e 8 reais, também genericamente designadas por patacas. Ao real de a ocho também se chamou onça de prata, uma vez que tem um peso próximo.

¹³ Em especial em Portugal porque nos cerca de cem anos que precederam a morte de D. Sebastião, as relações luso-espanholas foram mais de rivalidade que de inimizade, havendo quase sempre uma rainha espanhola em Portugal e uma rainha portuguesa em Espanha. Uma diplomacia de casamentos que garantiu a paz e facilitou entendimentos, num período em que os 2 países dividiram a exploração do mundo a descobrir

que durante o reinado de D. João III sofrera crises financeiras, legalizou a circulação dos reais espanhóis, facto que contribuiu para o crescimento do peso desta moeda na circulação monetária portuguesa.

Macau forma-se sob a estrela da legalização da circulação dos reais de prata espanhóis em Portugal e foi essa a moeda que o território mais tarde acabou por adotar como sua, criando um sistema monetário de três pés ou rodas: O chinês, o português e o internacional. Assim, o tripé monetário macaense assentava no Tael de Prata, no Real Português e no Real de a Ocho.

O Real de a ocho não estava oficialmente legalizado mas era usado por todos, utiliza o padrão prata mas tinha por via do real português um acesso ou convertibilidade fácil ao ouro e às moedas de ouro do Estado Português da Índia.

Viajou ainda a favor da maré, a prata continuou a dar cartas por muitas décadas, depois no quarto quartel do século XVI e no primeiro do século XVII, dois aliados e parceiros de Portugal, a Espanha e o Japão, são responsáveis pela extração de cerca de 90% da prata mundial, de que uma parte significativa era usada na aquisição de produtos chineses.

Com efeito, a prata extraída do Novo Mundo, influenciara o curso da história do século XVI ao século XIX, lembrando também que as especiarias e as sedas eram consumidas enquanto a prata era entesourada ou amoadada, pouco metal se perdia.

O seu efeito económico e financeiro era cumulativo porque a prata pouco se desgastava, os stocks de prata foram com os anos, crescendo brutalmente a nível mundial. Assim, ao longo de trezentos anos, acumulou-se prata que permitiu que muitas economias pudessem monetarizar-se, melhorar a qualidade das suas moedas e do seu sistema financeiro.

III. A Passagem de Macau do Ciclo Virtuoso ao Ciclo da Sobrevivência-Estagnação e Diversificação

O enclave¹⁴ de Macau teve nos seus primeiros oitenta anos um rápido crescimento económico, demográfico e urbano que foi então inter-

¹⁴ A literatura anglo-saxónica utiliza este termo, muitas vezes com um sentido depreciativo ou pejorativo. É óbvio que Macau era um enclave porque estava completamente rodeado de território chinês, mas não estava cercado, as entradas e saídas eram livres. As principais ameaças de ocupação de Macau, não vieram da China, mas dos holandeses, ingleses e japoneses.

rompido, na década seguinte, por um conjunto de acontecimentos externos que abalaram profundamente os alicerces da sua economia e as suas gentes. Estes efeitos coincidiram temporalmente com o final da Dinastia Ming, pelo que poderá dizer-se que a instalação da nova dinastia Qing, também contribuiu para o início de um ciclo novo em Macau, o chamado ciclo da luta pela sobrevivência.

Esse ciclo é coevo também com a dinastia dos Braganças em Portugal, em que a atenção da política portuguesa se concentra nas primeiras décadas na defesa do Continente e depois no desenvolvimento do Brasil, o Pacífico está agora num terceiro plano para as autoridades de Lisboa.

Macau sobrevive, apesar do fecho do mercado japonês e das dificuldades levantadas pelas autoridades chinesas e da concorrência de mercadores de outras potências ocidentais no mercado chinês e das especiarias, graças à experiência e saber português e chinês que acumulara e conjugara. O seu sistema monetário também serviu de âncora porque não permitia nem desvalorizações nem quebra da moeda principal. E neste seu segundo ciclo de Macau, o Pacífico seguiu gradualmente os passos de Macau e o real de a ocho torna-se a moeda da maior parte dos territórios desse imenso espaço.

Para a compreensão do que foi este segundo ciclo é necessário perceber-se que antes da fundação de Macau, os negócios de Portugal na Ásia do Pacífico eram controlados por Malaca, sultanato conquistado por D. Afonso de Albuquerque em 1511. Esta praça intermediava no comércio entre a Ásia do Pacífico e a Ásia do Índico.

Depois da fundação de Macau, as tarefas dividiram-se. Macau concentra-se no comércio com a China e com o Japão e Malaca passou a concentrar-se no comércio das especiarias mas a sua área de influência continuava vasta: Molucas, Java, Samatra, Indochina, Bornéu, Tailândia, Malásia, Birmânia, etc., de onde não se exportavam apenas especiarias.

Esta cidade mantinha portanto grande importância económica e estratégica no Estado (Português) da Índia até à sua conquista pelos holandeses em 1 de Janeiro de 1641. A queda de Malaca constituiu o epicentro de um sismo que abalou profundamente os interesses portugueses no Pacífico e que reflecte o arranque para um conjunto de profundas alterações nos equilíbrios mundiais do Poder, excedendo em muito, a emergência da Holanda no Extremo-Oriente.

A queda de Malaca é portanto uma perda grande para Macau, dado que era uma base de apoio à navegação para Goa. Mais, a praça forte, em termos geográficos a mais próxima de Macau, mas a situação é ainda pior em termos económicos porque ocorre a menos de dois anos do fecho do Japão ao comércio português, cujos lucros financiam o comércio sino-chinês. A queda de Malaca condicionou o comércio das especiarias, do sândalo e de outros produtos com muita procura em Cantão.

Acresce o fim da hegemonia mundial ibérica. Embora em declínio, desde a derrota da armada invencível, os Filipines tinham conseguido manter algum respeito e uma certa estabilidade. O rompimento da União Dinástica entre Portugal e a Espanha, enfraqueceu a segurança e potencial económico das posições portuguesas no Estado da Índia.

O fim do eixo Macau e Manila, num momento em que os holandeses procuram liderar o comércio internacional, foi um forte abalo nas receitas de Macau, apesar de mitigado pelos contrabandos para Manila.

A instalação dos holandeses que tinham um maior poder militar e financeiro em diversos pontos da Ásia do Pacífico e a tentativa de domínio desse comércio pela Companhia das Índias Orientais Holandesas foi no entanto, no século seguinte, objeto de um grande *take-over* pela Companhia das Índias Orientais Inglesas. Estes factos estarão na base de uma nova partilha do mundo e de grandes investimentos das potências europeias nas Américas que desembocarão depois no fisiocratismo, na independência dos Estados Unidos e na revolução industrial.

Na vertigem dos anos trinta e quarenta do século XVII, temos ainda de referir o fim da dinastia Ming, com a qual os portugueses e os jesuítas tinham estabelecido um relacionamento positivo. Assim, em 1645, 88 anos depois da sua fundação, o quadro operacional de Macau era muito diferente do narrado por Álvaro Semedo no final 1637.

Em conclusão, em oito anos quase tudo mudara, Macau perdera o circuito comercial mais lucrativo: o comércio com o Japão, na medida em que era o principal financiador do comércio luso-chinês; a cooperação luso-espanhola estava suspensa e ressentida depois da vantajosa cooperação entre Manila e Macau, passou para uma conjuntura de forte concorrência holandesa, ou melhor, pelo perigo holandês. Acresce que a instalação de uma nova dinastia imperial implicava um grande reforço do movimento diplomático, para um novo reconhecimento imperial do *status quo* e as finanças estavam exauridas.

Mais, a tentativa holandesa de absorção do império português, iniciada no período da União Dinástica prosseguia e não cessou com o fim da união ibérica. Registam-se ou continuam ataques e ocupações de possessões portuguesas na América do Sul, África Austral, Índico e Pacífico.

Macau sabia que pouco poderia contar com a Metrópole porque Portugal tinha diminutos recursos materiais e humanos, uma vez que a população da Metrópole estava longe de atingir os dois milhões de habitantes e a sua rede imperial estava dispersa ao longo de mais de 30 mil km de costa e tinha que ter guarnecidas as fronteiras com Espanha.

Inicia-se um longo período de sobrevivência, com estagnação, em que se diversificam produtos e parceiros para sobreviver, um período de altos e baixos, para depois novamente se registar nos 88 anos finais de administração portuguesa, um novo longo ciclo de crescimento económico, apesar de trespassado por alguns períodos de dificuldades como a segunda guerra mundial.

Durante esses cerca de 267 anos que vão da instalação da dinastia Qing à implantação da República Chinesa, Macau teve várias vicissitudes, de que deriva que esse período possa ser subdividido, mas algo se mantém constante e firme, as patacas espanholas, que garantiam uma estabilidade monetária e financeira.

Assim, os pagamentos portugueses na China começaram por ser feitos em moedas de prata portuguesas,¹⁵ e o deficit comercial tinha de

¹⁵ As principais moedas portuguesas de prata, que cunhadas e circuladas no Continente na 2ª metade do século XVI foram:

- Tostão que valia cem reais e tinha 8,22 gramas.
- O meio tostão que valia metade.
- O vintém que valia 20 reais e era uma pequena moeda de 1,32 gramas no tempo de D. Sebastião
- O meio vintém que valia metade do vintém.

Nas feitorias da Índia Portuguesa cunharam-se diversas moeda de prata, com câmbios que podiam variar de praça para praça, salienta-se pela estabilidade e longevidade os pardaos, os xerafins, as tangas e os larins. Quanto a moedas de ouro salienta-se o Pardau de S. Tomé que valia 5 xerafins, o Cruzado que esteve cotado a 450 reais, o meio cruzado e o Malaquês de 750 reais.

Para 1559, nos primórdios de Macau, podem-se listar as seguintes moedas de ouro portuguesas: Português (5 mil reais), Cruzado (500 reais), Cruzado de Cruz Pequena (476 reais), Cruzado-Calvário ou Cruz do Monte (469 reais), Sãotomé (1000 reais) e Sãovicente (1000reais). Esta última era moeda também chamado de Engenhoso, que

ser coberto por prata ou pela revenda de produtos em Cantão nomeadamente de especiarias, sândalo, marfim etc. Complementarmente, desde os primórdios da presença portuguesa em Macau que começaram a ser remetidas da Índia, também moeda de prata espanhola,¹⁶ que abundava em Portugal, em virtude da venda de especiarias portuguesas no mercado de Sevilha.

O recurso a moedas espanholas foi também incentivado pelo facto de habitualmente, em Portugal, não se cunharem moedas de prata de grande peso. São precisas menos para fazer um lingote e com 3 patacas fazia-se um pouco mais de 2 taéis de prata.

Algumas dessas moedas espanholas tinham também grande qualidade e já circulavam com autorização no Continente português, em especial, na regência de D. Sebastião, pela sua avó Rainha D. Catarina.¹⁷ Assim, os reais espanhóis juntaram-se, em maior caudal, aos reais portugueses na liquidação das faturas chinesas.

É evidente que essa confluência de moedas tinha crescido depois, com a União Dinástica (1580), que ocorreu apenas 23 anos depois da autorização de fixação dos portugueses em Macau, impulsionada pela prata amoedada que entretanto a nova rota Manila –Acapulco proporcionava. Sabemos, no entanto, que até ao fim do comércio português no Japão, em 1639, os lingotes japoneses continuaram a ser a principal fonte de entrada de prata na China.

É a partir do fim do comércio sino-japonês que a prata mexicana se transforma na principal fonte de financiamento do comércio sino-euro-

valia 500 reais e era uma peça de 3,83 gramas e 927 milésimos de toque.

Com Filipe I, cunharam-se moedas portuguesas, em 1584, de 4, 2 e 1 cruzados de ouro, todas com um toque de 22 1/8 quilates e com um peso respetivamente de 15,95 gramas, 7,98 gramas e 3,99 gramas, valiam 1.600 reis, 800 reis e 400 reis.

Saliente-se que entretanto desaparecera o Português com 46,11 gramas de peso, cunhado em 1499 comemorativo da chegada à Índia.

¹⁶ Carlos Lipari Garcia, Pinto, *O Código Genético da Pataca*, Semana da China, 2001, Lisboa, policopiado.

¹⁷ Avó paterna de D. Sebastião, Viúva de D. João III, irmã do célebre D. Carlos I de Espanha e Carlos V (Imperador do Sacro Império Romano-Germânico), pai do príncipe Felipe, depois Felipe II de Espanha e Filipe I de Portugal. A rainha Catarina foi regente de D. Sebastião quando este tinha 3 anos e procurou impulsionar a economia portuguesa, através do estreitamento das relações com a Espanha, pujante com a prata do Novo Mundo.

peu, situação que se manteve por mais de 200 anos. Daí a importância central que é internacionalmente reconhecida à Espanha na monetarização e modernização dos sistemas monetários dos países do Pacífico que incluem os Estados Unidos e a China.

Os agentes económicos em presença, verificando que na parte chinesa havia muito boa aceitação da moeda o “Real de a Ocho”, que até começava em alguns casos, a ser contrastada e portanto deixava de ser derretida, passam a utilizá-la ou acumulá-la em crescente. Esta moeda foi ganhando protagonismo e constituirá o terceiro elemento do sistema monetário de Macau. A sua adoção funcionou como um Ovo de Colombo, facilitando a vida a todas as partes.

IV. Elementos históricos sobre a monetarização na China e em Portugal

Vamos no entanto recuar no tempo, buscando as raízes históricas. Haverá desde logo que mencionar que estas duas civilizações geradoras de Macau, eram portadoras de um saber monetário secular mas que conheceu uma evolução histórica divergente.

Com efeito, na China a introdução da primitiva moeda metálica sob a forma de machados, facas, chaves, enxadas, etc., deve ter ocorrido cerca de 4 mil anos antes do surgimento da cidade de Macau. Depois no século I, aparece o papel-moeda, que nas Dinastias Tang (618-907) e Song (960-1279), assume importância central, porém os surtos de hiper inflação que lhe estão associados, fizeram em que o Império tivesse abandonado o papel-moeda e tenha regressado à moeda pesada.

Entretanto em meados do século XVI, nos primórdios de Macau, continuava a suspensão da cunhagem de moeda metálica nobre e cunhava-se apenas moeda de trocos, a conhecida, Sapecca.

A unidade monetária da China era o tael de prata, com cerca de 37,5 gramas,¹⁸ mas se por um lado não se cunhavam moedas com esse peso e

¹⁸ Tael de Hai Kwan(Haiguan) (Hai-Koan), utilizado no comércio externo e nos tratados internacionais com as potências ocidentais, pesava 37,783 gramas; o tael de Cantão, 37,58 gramas. Mais tarde na sequência da revolta dos Taipings, a cidade de Xangai passou a adotar um taéis de 36,06 gramas. De Carlos Lipari Garcia Pinto, o Tael, in DITEMA, Macau, 2011.

valor, por outro fundiam-se lingotes em prata e em ouro com um peso, em geral, múltiplo do tael, barras que eram fundamentalmente reservas de valor.

A maioria dos pagamentos eram feitos em sapecas, utilizando-se nos pagamentos, também o arroz e por vezes outras mercadorias-moeda, sendo que os lingotes de prata eram utilizados normalmente apenas nas grandes transações, porque o seu valor era superior aos rendimentos anuais médios de um trabalhador.

A enorme extensão da China, as assimetrias regionais, a insuficiência ou desequilíbrios regionais e temporais na produção da prata foram obstáculos que também certamente contribuíram para a decisão de não cunhar moeda em metal nobre, embora ensaiada em vários antigos reinados.

Esta política de não cunhagem de moeda nobre se impedia a ação especulativa da moeda e garantia mais estabilidade de preços, dificultava as trocas e reduzia a velocidade de circulação da moeda, travando o crescimento económico. Foi um dos factores que contribuiu para os longos ciclos de baixo crescimento que a China atravessou e em que a economia se limitou praticamente a acompanhar o crescimento demográfico.

Embora a unidade monetária fosse o Real Português, nessa altura, em Portugal, as moedas talhavam-se do marco,¹⁹ unidade de peso, generalizada na Europa e que correspondia originariamente a metade do peso da libra romana. O marco contudo não tinha um valor uniforme no espaço europeu.

¹⁹ Significa que as moedas representavam uma fração do marco. Por exemplo, quando se decretava que uma nova moeda talhava 30 por marco, queria dizer que o peso líquido de metal nobre a incorporar nessa moeda correspondia a 1/30 do peso do marco. Se, por exemplo, o toque fosse de 800 milésimos, temos que o peso da moeda era 25% maior que o seu peso em metal nobre ($=x/0,800$). O elemento fundamental era portanto indicado pela divisão entre o marco e o número de moedas que fora decretado que se talhassem por marco.

Em períodos de crise, os reis decretavam a manutenção desse tipo de moeda com o mesmo peso e valor legal mas reduziam o toque, o que lhe reduzia a paridade externa ou cambial. As antigas moedas eram recolhidas e fundidas e as novas tinham uma percentagem de metal nobre inferior. O metal nobre sobranete revertia a favor do erário público. A este tipo de operação chamava-se quebra da moeda e o seu uso abusivo suscitava inflação e descrédito na moeda, pelo que era um mecanismo pouco popular. Não deixa contudo de ser muito frequente em diversas épocas o que dificulta depois a constituição de séries de valores e as comparações internacionais, em especial, quando se analisam grandes períodos.

O marco português equivalia a 229,5 gramas, ou seja, a cerca de 6,1 taéis de prata. De referenciar também que foram os romanos quem primeiro monetarizou a economia portuguesa, ou melhor, as economias dos territórios da Europa Ocidental e do Mediterrâneo, que foram partes do seu Império.

Esse conhecimento e hábito de utilização da moeda que antecede a era cristã, foi-lhe transmitido pelos Gregos, país que primeiro se monetarizou com moeda nobre, pouco depois da cunhagem da primeira moeda metálica de ouro, que ocorreu na Lídia, por volta de 700 A.C.

A Grécia transmitiu esses conhecimentos às nações do Próximo Oriente e do Egipto, para além de Roma. Esses conhecimentos passaram para a Índia e depois para os espaços geográficos que hoje correspondem à generalidade dos países muçulmanos da bacia do Mediterrâneo, Próximo Oriente e respetivas antigas extensões imperiais.

As moedas portuguesas e da generalidade dos estados europeus, tiveram as suas raízes principais nessa evolução grego-romana, que tendo sido ameaçada pelas invasões bárbaras e árabes não se perdeu, devido ao ressurgimento do Império Romano do Ocidente, com a denominação de Império Sacro Romano Germânico, liderado por Carlos Magno que foi coroado imperador em 800 DC, e que contribuiu para o ressurgimento da cultura greco-romana.

Depois, na Europa da Idade Média, as moedas foram cunhadas por muitas dezenas de reinos, principados, ducados e cidades estado mas generalizou-se o hábito de replicar as moedas com êxito no mercado. Isto significa que se em Veneza se cunhava uma moeda de ouro com sucesso, grande parte dos outros territórios iria cunhar moedas suas semelhantes no peso e toque. Este facto facilitava as trocas, os câmbios e disseminava as técnicas de cunhagem de moeda, que no século XIV, passam á liderança mundial.

O real português,²⁰ definia-se em função do peso do marco mas não se confundia com este peso, vigorando também um sistema bimetalista.

²⁰ O real aparece mencionado em 1339, no reinado de D. Afonso IV, equivalendo a 840 dinheiros, mas a primeira moeda de um real surgiu com D. Fernando e equivalia a 120 reais. O regulamento da unidade monetária real foi estabelecida em 1436, quando o marco de prata foi em 700 reais e o marco de ouro em 7800.

Foi a unidade monetária de Portugal, até á implantação do escudo em 1911, sendo que um milhão de réis, o conto, passaram a equivaler a mil escudos.

Em 1509, no reinado de D. Manuel, o marco de prata correspondia a 2.340 reais e um marco de ouro a 25.800 reais. Isso significa que à data da conquista de Malaca, um tael de prata equivalia a cerca de 380 reais portugueses e um tael de ouro equivalia em Portugal, cerca de 4.200 reais.

Nessa época, um grama de ouro valia portanto muito mais que um grama de prata, e em Portugal a paridade ouro/prata estava afixada em cerca de 11 para 1.²¹

Nas décadas seguintes, a prata foi perdendo gradualmente valor, fustigada pelo significativo acumular de prata que se começa a sentir, a partir, do 2º quartel do século XVI, em resultado da enorme produção de prata da América Espanhola, o chamado Novo Mundo. Este facto contribuirá para um movimento ascensional dos preços e irá produzir na Europa uma lenta mas significativa quebra da paridade da prata, face ao ouro.

A vantagem deste tipo de sistema monetário era que se podia desvalorizar a moeda, o que obviamente não interessava por exemplo, a quem vivia de rendas. Esse acto era na maior parte dos países da competência do rei que poderia decretar, por exemplo, que um marco de prata passava a valer mais 100 reais de prata.

Considerando que o real português se definia quer em função da prata quer do ouro, estávamos perante um sistema bimetalista, que obrigava naturalmente a ajustamentos nas paridades, por exemplo quando de forma persistente se alteravam os fluxos comparativos de entrada ou saída dos dois metais nobres.

O real referenciava-se ao marco (peso), funcionando até 1854, um sistema bimetalista, que então passou a monometalista. A partir dessa data mil réis deixaram de estar indexados à prata e valiam apenas cerca de 1,625 gramas de ouro.

No século XV houve uma grande flutuação das paridades, no caso vertente interessa fundamentalmente disponibilizar o ponto da situação mais próximo da fundação de Macau.

Por exemplo, em 1555, nas vésperas da fundação de Macau, D. João III fixou o marco do ouro em 30.000 réis, do que resultou uma valorização do ouro de 16,55% e a paridade da prata em 2.600, ou seja, mais 4%. Assim, a razão entre os dois metais passou de 10,29, para 11,5. Reflexo da abundância da prata.

²¹ Na China o valor seria menor porque a paridade da prata em relação ao ouro era muito menor. No final do século XVI, por exemplo, a razão entre o ouro e a prata era de 5,5 a 8 na China, cerca de 10 no Japão, 9 no Império Moghol.

Depois o sistema português permitia ainda que se cunhasse um grande número de diferentes moedas nos dois metais, que valiam um número pré-determinado e fixado de reais. Para além das moedas necessárias era normal que os reis mandassem cunhar outras moedas nobres, habitualmente datadas, com o nome e esfinge do monarca, muitas vezes para comemorar uma vitória militar ou apenas se imortalizarem. Este facto tornou as moedas importantes documentos históricos impulsionadas pela sua longevidade.

O quadro monetário completava-se com as moedas de trocos que eram normalmente em cobre ou liga, sendo que as pequenas moedas representavam normalmente um valor inferior a um real. Em diversos países que não Portugal, o sistema monetário também deu ao cobre, em certas épocas, um estatuto equivalente a moeda nobre, fixando-lhe paridades.

O sistema tinha também os seus pontos fracos, para além da desvalorização, poderiam ocorrer quebras da moeda, decisão de política económica que consiste na determinação de uma redução do toque de uma moeda, ou seja, da percentagem de metal nobre no peso dessa moeda. Habitualmente, procedia-se à recolha de um tipo de moeda nobre e fundiam-se, depois cunhavam-se novas moedas semelhantes mas com menor toque, o que permitia que a Casa da Moeda, com o metal nobre sobran-te pudesse fazer mais moeda.

A moeda a mais, correspondente ao ganho com a redução do toque era receita do erário público e podia servir para financiar uma guerra ou outro acontecimento singular; obviamente se possibilitasse fazer muita moeda, poderia por em causa a estabilidade dos preços e o valor real das rendas.

Por fim, a resposta dos pobres era por vezes o cerceamento da moeda, que consiste na redução do módulo (diâmetro) ou da espessura da moeda. Na maioria das vezes por extração ou por fricção de parte dos bordos, o que permitia subtrair à peça uma pequena quantidade do seu peso e valor, mas de forma não demasiado evidente, para que pudesse ser aceite e continuar a circular.

No sistema chinês a unidade monetária correspondia a unidade peso ou massa tael e 16 taéis constituíam um cate e cem cates um pico. O tael correspondia a 10 mazes, 100 condorins e 1000 caixas. Trata-se de um

sistema decimal de mais fácil compreensão que o sistema que vigorava na Europa.

O valor da moeda sapeca regulava-se por uma milésima do tael, ou seja um caixa de prata, mas encontramos grandes oscilações para épocas diferentes. Da literatura consultada, registamos valores entre 850 a 2.200 sapecas por tael de prata, o que provavelmente não são oscilações record.

O valor da sapeca dependia fundamentalmente da produção nacional de cobre, que sofreu grandes variações. Acresce que o cobre tem muitas utilizações e as moedas podiam ser derretidas para serem utilizadas para outros fins, nos períodos de escassez de produção, a causa principal das altas de preços.

Note-se também que a produção de sapecas não era exclusivo do Estado e que em determinadas épocas históricas se fizeram grandes exportações desta moeda. Os primeiros passos da monetarização das economias dos países vizinhos e tributários da China (Japão, Coreia, Vietnam, etc.) foram possibilitados pela exportação maciça de sapecas chinesas. Para a produção de moedas foi também exportado muito cobre chinês, em especial, para a Índia.

De mencionar ainda que no Império Chinês, as reservas monetárias do país e dos grandes senhores eram acumuladas em barras de prata e em menor escala de ouro de que se fundiam lingotes com dez, cinquenta ou mais taéis de peso, a que os portugueses chamavam pães de ouro.

V. A importância das Patacas Espanholas no China Trade

Como panorâmica de fundo não poderíamos deixar de explicitar a importância crescente do Real de a Ocho no China Trade, indispensável à compreensão do que se passou no Antigo Macau.

De acordo com Guillermo Céspedes de Castillo, in *El Real de A Ocho Primera Moneda Universal*, a mais importante saída da prata espanhola era Lisboa, dada a sua proximidade e facilidade de comunicação com Sevilha.

O tráfico entre Lisboa e Goa espalhava-se por todos os mercados asiáticos, começando pelos ribeirinhos do Índico, seguindo no sudeste asiático para as ilhas das especiarias, Japão e a China, pela estreita porta de Macau.

É importante salientar que este autor reconhece que embora os espanhóis tivessem chegado ao oriente pouco depois dos portugueses, Carlos I de Espanha (mais conhecido por Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico), teria pelo tratado de Saragoça²², renunciado ao comércio de especiarias a favor do monarca português.

É só depois da chegada do primeiro galeão de Manila a Acapulco em 1573, que se assistirá a uma preocupação de Macau, esmorecida pela união dinástica das coroas portuguesa e espanhola de 1580 a 1640.

No século XVII assiste-se também a um progressivo crescimento da actividade comercial holandesa, via Companhia Holandesa da Índias Orientais. A Holanda tornou-se na 1ª potencial comercial europeia no Pacífico (Presente na Indonésia, Taiwan, Sri Lanka, Malaca, etc). Depois, a liderança do comércio asiático com o ocidente foi tomada no século XVIII pelo Reino Unido, via Companhia Inglesa das Índias Orientais.

Este estudo de Guillermo Castillo sintetiza um conjunto de outros estudos, relativamente recentes, pelo que consideramos útil a transcrição de diversos valores:

“Em primeiro lugar as exportações de Europa para a Ásia por via marítima somavam no final do século XVI, 2,5 milhões de reais de a ocho, por ano. Um século depois tinham multiplicado por 3,22 e no final do século XVIII, início da revolução industrial, tinham-se multiplicado por 3,25”.

Estes valores são significativos para a época mas baixos para os nossos dias, uma vez que em termos médios, esse ritmo corresponde a uma taxa de crescimento ligeiramente inferior a 1,5%, ao ano. Este ritmo de crescimento do comércio externo, um elemento normalmente mais dinâmico que o PIB, indicia que o crescimento económico neste período que precede a revolução industrial e a revolução liberal, dificilmente suplantara 1%, ao ano. Referimo-nos ao crescimento económico no longo prazo, independentemente das variações climáticas que podiam introduzir alterações muito significativas de um ano para outro.

²² Tratado assinado por D. João III, em 22 de Abril de 1529, em Saragoça, depois de longas conversações que serviu para o antimeridiano correspondente ao meridiano do Tratado das Tordesilhas de 1494 e que foi fixado a 297,5 léguas a leste das ilhas das Molucas. Por este tratado estas ilhas das especiarias, descobertas pelos portugueses, mantinham-se sob exploração de Portugal e a Espanha recebia uma indemnização monetária significativa (350 mil ducados de ouro).

Guilherme Castillo salienta ainda a muito grande importância do comércio com o “*Extremo Oriente que passou de 3,42 milhões de reales de a ocho em 1600, para 10,71 milhões, em 1780, absorvendo cerca de 60% da prata europeia drenada para o exterior*”, que corresponde no quadro abaixo ao somatório de dois fluxos.

As importações europeias de produtos asiáticos superavam as exportações pelo que tinham de ser pagas em metal nobre, cujas estimativas, em milhões de reales de a ocho, passamos a apresentar neste quadro geral, que nos dá uma panorâmica geral da evolução da drenagem da prata europeia maioritariamente originária do Novo Mundo.

Em milhões de reais de a ocho

Rotas de exportação	Até 1.600	Até 1.700	Até 1.780
Europa para o Próximo Oriente	1,01	2,03	2,65
Europa para o Báltico	2,01	2,03	4,25
Europa p/ Extr. Oriente, por mar	1,42	4,57	8,71
De Nova Espanha p/ Filipinas e China	2	2	2
Total Geral	6,46	10,63	17,61

Fonte: Guillermo Céspedes de Castillo, in *El Real de A Ocho Primera Moneda Universal*,

É também de referir que 1780 é um bom ano para efeitos comparativos porque ainda não está alterado pelo impacto das revoluções liberais, da independência dos estados latino-americanos e da bola de neve suscitada pelas crescentes exportações de ópio para a China.

É evidente que nos séculos XVI , XVII e XVIII, o Império Chinês era a potência que mais beneficiou para além da Espanha, da prata latino-americana, porque até à guerra do ópio, a China foi tradicionalmente um País com excedente comercial.

VI. Conclusões

Depois desta retrospectiva histórica, não podemos deixar de nos referirmos, de uma forma sintética, à pataca de Macau, moeda oficial da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), que tem mantido desde há cerca de trinta e cinco anos, uma paridade estável face ao dólar

americano, a que está indiretamente ligado, por via da sua indexação ao dólar de Hong Kong. A ligação a estas divisas remonta a 1977, data em que cessou a sua ligação ao Escudo Português.

As primeiras patacas de Macau surgiram em 1906, sob a forma de notas, mas a moeda metálica, apenas foi cunhada e circulou em 1952. Porém, a Macau Cristã²³ ou o Assentamento Português teve sempre uma economia monetizada, desde o início da presença portuguesa residente, que data oficialmente de 1557.

A história destas patacas de Macau, notas e moedas, como está divulgada, decorre no século XX. Está devidamente elaborada, documentada, suportada pela legislação, documentada por jornais e informação das autoridades. Para esta época, há séries de câmbios e de preços e coleções de notas e moedas que se podem apresentar.

Mas, para os macaenses o antigo dinheiro de Macau, foi como se tivesse sumido, como se não tivesse existido. Onde estão as suas coleções? Onde está exposto? Dele o cidadão comum sabe muito pouco, embora se recorde ter ouvido que, por vezes, houve muito dinheiro e noutras épocas privações e que em Macau não se cunhava moeda.

Há referências na literatura, mas dificuldade em ligar os factos, em nomear e enumerar as espécimes utilizadas, em datar, em quantificar. Há sombras que se pretende que este artigo elucide ou desperte curiosidade, porque se afigura que a política monetária que foi encetada nas primeiras décadas do território revela uma grande sagacidade dos seus responsáveis.

Em suma, a solução adotada no século XVI, permitiu que Macau tivesse dinheiro forte, sem ter moeda oficialmente própria. Não foi imposta por um poder central mas possível pela autonomia que os comerciantes de Macau tinham no contexto do Estado Português da Índia. Foi ainda, o resultado de uma reflexão inteligente que acabou por resultar na criação de um sistema monetário autónomo e inovador à época, constituído pelo anterior citado tríplice de moedas, que adiante desenvolveremos.

²³ Macau Cristã é a designação também atribuída ao povoado administrado pelos portugueses e que no século XVI ocupava apenas parte da península de Macau, com uma área que não ultrapassava os 2 km², sendo que esse pequeno espaço territorial se manteve até meados do século XIX. A parte remanescente da Península continuava integrada na jurisdição direta do Império, o mesmo sucedendo com as ilhas de Taipa e Coloane.

O golpe de asa foi, em nossa opinião, a introdução de um terceiro elemento, o real de a Ocho, que facilitou esse entendimento, por mais de 300 anos. Esta problemática não tem sido suficientemente investigada na historiografia Macaense, provavelmente quer pela quase inexistência de trabalhos globais sobre a história económica dos primeiros séculos, quer porque a documentação é escassa e dispersa, não se conhecendo nenhum documento que tenha desenvolvido o sistema monetário que vigorou nas décadas subsequentes à fundação de Macau.

De acordo com a velha historiografia, durante muitos anos Macau não teria tido moeda própria; a atestá-lo não se conhece diplomas fixando as moedas autorizadas a circular e o seu câmbio. Mais, teria sido depois da revolução liberal que a pataca espanhola teria sido oficializada, por via de um diploma governamental de 1853, do Conde de Athougia.

A esse diploma é frequentemente atribuída a paternidade da moeda de Macau, na medida em que as primeiras notas emitidas para o território assentam nesse diploma. Sem negar a importância do diploma, este decreto de D. Maria II, tornou transparente o que já era conhecido e costume oficial o que era oficioso, mas conhecido o que era em muito desconhecido.

Este diploma é portanto historicamente relevante, desde logo ao clarificar oficial e governamental o velho sistema vigente, a importância do peso-duro espanhol, nova designação do Real de a Ocho, no sistema monetário de Macau.²⁴ Coincide com a intervenção ocidental na China e portanto marca a posição portuguesa face aos outros países ocidentais e à necessidade de defender Macau do previsto abandono por Portugal do padrão ouro que se oficializou no ano seguinte.

²⁴ Para o historiador ocidental, à medida que forem publicadas os diversos acervos de documentação chinesa poderão ser clarificadas muitas dúvidas. Chama-se também a atenção neste caso para a obra de oito volumes de Jin Guo Ping e Wu Ziliang “*Correspondência Oficial trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado. Fundo das Chapas Sínicas em Português (1748-1847)*”, Fundação Macau, Macau, 2000. Nessa obra fica atestado que nessas correspondências oficiais se usava o tael de prata e suas divisões e a pataca. A primeira predominantemente utilizada pelas autoridades chinesas e a segunda pelo procurador do Senado de Macau. Atestando-se portanto o que está implícito no decreto do Conde de Athouhia.

Confirma-se também o que se defende da análise do relatório de despesas da embaixada a Pequim de Manoel Saldanha, em que a moeda de referência, é já claramente a pataca e que ela servia de intermediária na conversão da moeda do Estado da Índia, em taéis de prata.

Se, no primeiro século de Macau, afluíram ao Território inúmeras espécimes de moedas, com diferentes cunhagens, em especial de reais portugueses e espanhóis, com as quais se liquidavam as faturas chinesas, gradualmente essa função foi entregue às patacas espanholas, também posteriormente designadas por pesos mexicanos ou peruanos. O pragmatismo das forças económicas em presença, ajustaram os seus interesses às condições específicas da realidade chinesa, verificando-se que na parte chinesa havia muito boa aceitação da moeda o “Real de a Ocho”, que até começava em alguns casos, a ser contrastada e portanto deixava de ser derretida.

A adoção da pataca espanhola no século XVI, revestiu-se de grande importância, porque lhe estão associados, entre outros, os seguintes factos:

-Livrava Macau da babilónia de moedas e câmbios que caracterizavam a circulação monetária da Índia, onde os câmbios entre duas moedas, uma de prata e outra de ouro, poderia ser muito diferentes no mercado livre de uma praça para outra.

-Livrava Macau de manter uma Casa da Moeda, custos de cunhagem e um tesouro público, especialistas, regulamentação sobre moeda e metais, etc. Um peso elevado para uma cidade tão pequena sem acesso direto a jazigos de prata.

-Permitia uma indexação simultânea ao tael de prata e ao Real Português, facilitando os câmbios, quer entre estes países, quer com moeda terceira;

-Posteriormente, dominou e definiu o sistema monetário da Ásia do Pacífico durante cerca de três séculos, sendo que quase todos os países cunharam moeda igual ou semelhante;

-A sua introdução na China é anterior à fundação de Manila e substancialmente ao estabelecimento da linha comercial Manila –Acapulco;²⁵

-Depois de ter passado a ser maioritariamente cunhada no México e no Perú, passa a denominar-se Pesos e era conhecido entre os portugueses

²⁵ Citando Magalhães Godinho, este refere que “dobrado o meio de Quinhentos que pelas rotas do Levante e pela rota do Cabo os reales cunhados com a prata mexicana e peruana começam a afluir ao Índico”, que - “O Livro dos Pesos, de 1554 não os menciona ainda”...mas “Na época de Baldi, Barret e Linschotten-1580 a 1590 - corriam na Índia inteira e sobretudo em Malaca, donde a China os aspirava sem remissão” -

por Pataca, por piastra entre Italianos e Franceses, e mais tarde por dólar entre os americanos, ingleses e chineses.

Foi só após o fim do ciclo do comércio luso-japonês que o grande abastecedor de prata da China²⁶ deixou de ser Portugal, por força da re-exportação da prata japonesa, para ser a Espanha pela rota do Pacífico. Esta situação que se manteve por mais de 250 anos, fez esquecer que nos oitenta anos anteriores, esse papel de grande fornecedor da China, fora desempenhado pelos portugueses, em regra, via Macau.

Não devemos omitir que a introdução dessa moeda “mágica”, possibilitou a constituição de grandes reservas de prata na China e impulsionou a aceleração do processo de monetarização da China.

Mais, normalmente, a divulgação da pataca espanhola na China, é atribuída aos espanhóis e às Filipinas, em parte porque quase coincide com a União Dinástica (Filipe II, só é rei de Portugal, com início em 1580) e com o surgimento da rota Manila-Acapulco.

É importante que Macau reivindique mais este troféu civilizacional, a sua paternidade de introdução do real de a Ocho, na China e em geral, na Ásia do Pacífico. São eventos da história monetária que foram de importância capital para a Ásia do Pacífico.

Saliente-se que a opção por esta moeda pelos portugueses, foi muito bem sucedida e visionária. Não foi por acaso que, mais tarde, as 13 colónias inglesas da América do Norte, usaram mais as patacas espanholas que a moeda inglesa, ainda durante o período colonial. Depois foi moeda legal dos Estados Unidos até 1857, portanto até muito depois da criação do dólar americano.

Os americanos atribuíam-lhe várias designações nomeadamente *Spanish dollar*, *pieces of eight e eight real coin*. Os franceses e os Italianos *piastras*. Também os portugueses as referenciaram, ao longo do tempo, das mais diversas maneiras nomeadamente *patacas*, *patacas espanholas*, *real de oito*, *peso espanhol*, *peso-forte*, *peso-duro*, *peso mexicano ou peruano*. Dificultando-se o entendimento de quem é menos avisado.

Mais tarde, o dólar americano, o dólar canadiano, o yuan chinês e várias outras moedas, basearam a sua moeda oficial no real de a Ocho.

²⁶ Pinto, Carlos Lipari Garcia “*Com as Mãos Cheias de Prata*”, in *Revista Macau*, II Série, nº 1, 1987, Macau.

Em 1792 quando se legislou o sistema monetário americano e se criou a Casa da Moeda norte-americana, foi especificado que o dólar americano seria uma moeda com o peso de 27 gramas, com 24,1 gramas de prata fina. Na altura os reais de a Ocho tinham um peso de 27,468 gramas e 25,568 gramas de prata fina, ou seja, tinham um toque ligeiramente maior que lhe garantiu por muitos anos mais popularidade e circulação. Esta situação apenas foi alterada pela proibição de circulação em 1857, dos dólares espanhóis, ou seja, quase oitenta anos depois da fundação dos Estados Unidos.

As fontes documentais relativas ao primeiro século de presença portuguesa referem-se a várias moedas ocidentais; quando retratam o comércio entre Macau e a China salientamos os xerafins, ducados, cruzados, pardaus. Essas referências confirmam-se nos vários artigos versando o comércio externo e os produtos comercializados e assuntos afins, nomeadamente da autoria de Rui d'Ávila Lourido, recentemente publicados no *Macau Dicionário Temático de Macau (DITEMA)*²⁷ e que sintetizam muita essa informação disponível.

Mas essa documentação normalmente não descreve contudo como se operava, em matéria de moeda, o quotidiano de Macau, é só no final do século XVIII que surgem mais fontes e é a partir da revolução liberal quando aparecem os jornais e depois o Boletim Oficial, que a tarefa de recolha desses dados está mais documentada.

Acresce também que como esses antigos escritos eram para serem lidos na Europa e mais tarde também nos Estados Unidos, muitas vezes os preços, iam traduzidos ou ajustados nas moedas correntes desses países.

Outro aspeto a ter em linha de conta é que a paridade entre aquelas moedas anteriormente citadas conheceu ao longo do primeiro século de Macau oscilações, por vezes muito significativas, em especial, as moedas não eram cunhadas em prata. Se é verdade que a desvalorização da prata foi significativa, a diferença nos rácios ouro/prata, entre algumas regiões da Ásia era muito maior.

Portugal, a potência administrante, usava o bimetalismo, isto é, cunhava e cotava quer em prata quer em ouro. Depois a potência domi-

²⁷ Artigos diversos de Rui d'Ávila Lourido publicados nos quatro volumes do DITEMA, *Dicionário Temático de Macau*, Universidade de Macau, Macau, 2011.

nante tinha como unidade monetária o Tael de Prata; acresce que a prata do Japão e depois da América espanhola (México, Peru, etc), vão facilitar as trocas e aumentar significativamente o grau de monetarização e de entesouramento da China com outros países asiáticos.

Pode-se portanto opinar que à data de 1667, o sistema monetário de Macau estava claramente implementado, conforme está implicitamente assumida a relação oficial de despesas da embaixada de Saldanha, facto também reconhecido pelas instituições de Macau, nomeadamente a documentação ou informação sobrevivente do Leal Senado e da Santa Casa da Misericórdia de Macau.

Alegoricamente pode-se dizer que o sistema monetário de Macau, em vez de uma bicefalia redutora que lembra uma bicicleta sempre em risco de cair, evoluiu rapidamente para um sistema de três rodas, logo um triciclo (ou mesmo um riquexó) mas motorizado quer pelas suas virtualidades, nomeadamente a ligação ao padrão ouro e ao padrão prata, quer ainda pelo facto de juntar a unidade monetária da maior potência económica do mundo, a China, à então maior potencia financeira mundial, a Espanha, em virtude do domínio da maioria da extração da prata mundial.

Concluí-se, por agora, esta breve resenha do antigo sistema monetário de Macau, que não se considera encerrada, quer pela necessidade de mais pesquisa documental quer pelo necessário debate académico que novas interpretações sempre suscitam.

Espera-se poder, em breve, retomar a temática para analisar outros aspetos que exploramos e que, embora se articulando com a esta problemática, não foram eleitos para este artigo.